

INFORMAÇÃO PARA O SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Data: 10 de novembro de 1977

Indice: Visita do Secretário de Estado  
Cyrus Vance. Roteiro norte-ame-  
ricano para as conversações.

*F. Kelly*

O documento deixado pelo Secretário de Estado Cyrus Vance, no Palácio do Planalto, após seu encontro com Vossa Excelência tem importantes implicações diplomáticas que merecem ser devidamente avaliadas.

2. É de crer que o esquecimento do Secretário Vance tenha sido absolutamente involuntário. É de todo improvável que o Secretário de Estado tivesse interesse em dar a conhecer ao Governo brasileiro a posição norte-americana sobre aspectos da questão dos direitos humanos não abordados por ocasião de sua visita a Brasília, bem como em deixar entrever a estratégia que o Governo Carter pretende seguir no tratamento da questão nuclear com o Brasil.

3. Os pontos fundamentais do documento esquecido por Vance são precisamente esses dois: direitos humanos e energia nuclear. Antes, porém, de passar a examiná-los, vale a pena notar dois aspectos daquele documento: (a) a ausência de menção explícita de um interesse norte-americano em promover a melhoria das relações entre os dois países e em reconhecer no Brasil um interlocutor verdadeiramente válido. De fato, concentra-se o roteiro do Senhor Vance apenas nos pontos de fricção e suas colocações são confrontativas, com o intuito claro de criar constrangimentos para o Governo brasileiro; e (b) referência apenas perfunctória e de "cortesia" ao memorandum de Entendimento.

4. Com relação à parte do documento referente aos direitos humanos (BRASIL - Talking Points on Human Rights), é importante notar que, durante as conversações, o Secretário de Estado absteve-se de mencionar problemas internos brasileiros, os quais estavam, no entanto, capitulados em seu roteiro. Terá percebido o Senhor Vag-

*Di*

- 2 -

ce que, caso passasse os limites da mais extrema generalidade, correria o risco de criar um sério incidente entre os dois países.

5. Muito mais importante, porém, é o texto sobre energia nuclear (BRAZIL SCOPE PAPER: Implications of the Argentine Visit), que deve merecer exame detido por parte do Governo brasileiro.

6. Consideram os norte-americanos haver alcançado um entendimento com a Argentina que representa um progresso substancial em direção aos objetivos dos EUA. Esse entendimento é o seguinte:

- A. A Argentina ratificará o Tratado de Tlatelolco e aceitará salvaguardas sobre todas as suas atividades nucleares em troca de uma significativa assistência norte-americana no campo nuclear (salvo tecnologia para a fabricação de água pesada).
- B. Os argentinos aceitariam postergar a construção de sua usina de reprocessamento, se o Brasil também o aceitasse. (No papel norte-americano, se comenta que a perspectiva de fornecimento de tecnologia de água pesada funcionaria como um forte incentivo para os argentinos). A atitude argentina se colocaria num contexto de "equilíbrio regional" e segurança.

7. Da leitura do documento, pode-se concluir, basicamente, o seguinte, a respeito da visão norte-americana do problema:

(a) o entendimento com a Argentina aumenta a capacidade de pressão dos EUA sobre o Brasil;

(b) a posição do Brasil é tida como firme e os norte-americanos consideram que a atitude pessoal de Vossa Excelência é fator crucial dessa firmeza;

(c) os norte-americanos acham que a estratégia brasileira é simplesmente a de ganhar tempo;

(d) contavam, porém, com um nervosismo da parte brasileira diante da aproximação argentino-americana, do reconhecimento por parte dos EUA do status nuclear da Argentina e da possibilidade desta lançar-se em atividades de reprocessamento livres de salvaguardas;

Secreto - Exclusivo

(e) contavam, também, com a possibilidade de mobilizar o apoio da França nas pressões que vêm sendo exercidas contra a República Federal da Alemanha;

(f) de todos os modos, pensam os norte-americanos que a posição do Brasil tenderá a erodir-se com o tempo, dada a ação dos fatores enumerados acima. Para acelerar essa erosão estão dispostos a oferecer incentivos positivos no campo do tório e outras áreas (presumivelmente, como alternativas de atual programa nuclear brasileiro);

(g) não pensam os norte-americanos em promover a modificação do Acordo Brasil-RFA, mas em celebrar um novo Acordo tripartite (Brasil-RFA-EUA ou Brasil-EUA-Argentina?), com vistas ao desenvolvimento energético no contexto do "equilíbrio regional" e da segurança.

8. Conceitualmente, o documento norte-americano não deixa de ter suas contradições. Não é possível, por exemplo, levantar o espantalho da usina de reprocessamento argentina e, ao mesmo tempo, fazer referência à eventual retificação de Tratado pelo Governo de Buenos Aires, pois aquele Acordo, segundo os próprios norte-americanos, implica salvaguardas completas, o que exclui o reprocessamento ivre da vigilância internacional. Igualmente, a questão do reprocessamento argentino é apresentada no documento como se fosse motivo de inquietação para o Brasil. Na verdade, ele não deixa de preocupar, e muito, os EUA. Se a Argentina proceder como pensam os EUA, estaria em xeque a própria política do Presidente Carter de cercar o acesso ao conhecimento da tecnologia nuclear.

9. Finalmente, a posição norte-americana é paradoxal, já que resultaria em conectar a posse pela Argentina de certas quantidades de plutônio sem salvaguardas, pois a decisão argentina de não continuar seu programa de reprocessamento não produziria efeito retroativo sobre o plutônio já acumulado. Sobre este ponto estou enviando a Vossa Excelência informação separada (nº 2 98).

10. O alinhamento dos pontos constantes do documento deixa de no Palácio do Planalto, em contraposição com as atitudes públicas e privadas adotadas pelo Senhor Vance e por sua comitiva, permite des-  
cortinar com clareza a nova estratégia norte-americana na questão nuclear, qual seja: 1. ostensivamente, desenfaticar a confrontação e

fazer apelo ao bom senso, à capacidade de "convencimento" diplomático e às "realidades" tecnológicas, saturando a opinião pública brasileira com informações sobre as deficiências da tecnologia por nós adotada e com propostas de alternativas ao programa nuclear brasileiro, com o fim de erodí-lo: 2. veladamente e tendo em vista a firmeza da posição brasileira, aumentar a amplitude do problema, estimular a rivalidade, e ~~há~~ a confrontação, brasileiro-argentina, na esperança de que o Brasil recue de seus planos nucleares diante da perspectiva de uma aproximação argentino-americana.

11. A primeira linha de ataque não constitui propriamente novidade. A estratégia da confrontação aberta, que vigiu algumas vezes, essa, sim, era inusitada. Já a segunda linha de ação norte-americana deve provocar realmente alguma preocupação. Sua mera articulação é uma confissão tácita de que não bastarão os meios utilizados para demover o Brasil de sua posição. É, também, uma admissão de que os EUA falharam em seu esforço de resolver o problema com o Brasil, no terreno exclusivamente da energia nuclear. Os EUA passam, agora, a lançar na mesa outras considerações e a fomentar problemas regionais, procurando desestabilizar o relacionamento entre os países latino-americanos, notadamente o Brasil e a Argentina. Essa atitude é totalmente irresponsável.

12. A gravidade do cenário antevisto no documento do Secretário de Estado - no qual os EUA não hesitariam em promover desavenças entre países latino-americanos, com conseqüências inimagináveis para a paz e a segurança do Continente, como preço para impedir o acesso do Brasil à tecnologia do ciclo nuclear completo -, permite formar uma idéia precisa do interesse que os EUA colocam na questão. É inescapável, mais uma vez, a conclusão de que os EUA não estão interessados em salvaguardas apropriadas à não-proliferação, mas em impedir o acesso do Brasil a conhecimentos tecnológicos, que nos darão a possibilidade de, no futuro, ascender a uma condição mais próxima da paridade com os próprios EUA e outras potências.

  
 Antonio P. de Azevedo da Silveira  
 Ministro de Estado das Relações Exteriores